

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Conferências

Organizadores

Jorge Fernandes Alves

Pedro Vilas-Boas Tavares

Porto, FLUP, 2020

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto I Conferências

ORGANIZAÇÃO: Jorge Fernandes Alves e Pedro Vilas-Boas Tavares

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ANO DE EDIÇÃO: 2021

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza Lda. / Porto

TIRAGEM: 250 exemplares

DEPÓSITO LEGAL:

ISBN: 978-989-8969-74-3

ISSN: 1646-1525

A PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO E A HISTÓRIA DE PORTUGAL DITA “DE BARCELOS”

Este texto não era para ter sido escrito por mim. Era o meu nome que devia aparecer e era eu que devia ter falado na conferência no Auditório da Casa do Infante, mas a estrutura, as ideias principais, e não só elas, ir-me-iam ser ditadas – não sugeridas, não inspiradas, mas ditadas - pelo meu professor Joaquim Romero Magalhães. Assim estava prometido e combinado. Dos vários expedientes a que ele podia lançar mão para se furtar a esse compromisso que tinha comigo escolheu o mais fácil e o mais duro, deixando o nosso convívio numa véspera de Natal. Numa família só se pode ficar órfão duas vezes. Infelizmente, na carreira académica, na docência, na investigação científica, sobretudo num percurso intelectual e cívico, as orfandades podem suceder-se e acumular-se até um grau difícil de suportar, como tenho percebido desde há uns anos. Demasiado curioso e inseguro – péssima combinação, viro-me para trás para perguntar coisas e pedir ajuda aos meus velhos professores ou aos meus velhos amigos, e já não encontro a maior parte deles. Naturalmente mantemo-nos em contacto, eu e os que já cá não estão. Mais do meu lado, tenho de confessar, mas é uma comunicação muito difícil, com a qual tento combater uma dolorosa e crescente solidão.

Romero Magalhães era das pessoas que mais sabia e mais gostava de saber da história da primeira Faculdade de Letras do Porto. Escreveu sobre ela por mais do que uma vez e estava programado para abrir o presente ciclo de conferências. Por uma razão muito simples: porque foi nela que o seu pai, Joaquim Magalhães, fez a sua Licenciatura¹. Ora ele adorava o pai e

¹ E por outra razão, muito secundária: não guardou recordações especialmente gratas da Faculdade de Letras de Coimbra em que lhe calhou estudar e na qual o seu pai, contrariado, fez as chamadas Pedagógicas.

venerava a sua memória, por razões bem compreensíveis; tal como Vitorino Magalhães Godinho venerava o seu, e também nisso se pareciam. Para os não familiarizados com estes temas e tempos, estou a falar do Professor Joaquim Magalhães que deu o nome ao Liceu de Faro e do homem que anotou cuidadosamente e fez publicar as poesias de António Aleixo. Que lhe dedicou uma quadra:

*Não há nenhum milionário
Que seja feliz como eu
Tenho como secretário
Um professor de liceu!*

António Aleixo, que por seu lado deu o nome à Escola Secundária de Portimão, e que faleceu em Loulé em 1949, está representado numa pequena escultura feliz à porta do Café Calcinha, onde Joaquim Magalhães lhe registava as poesias. Foi nesse café que, em novembro de 2018, Joaquim Romero Magalhães me deu a sua última lição ‘presencial’ de História, sobre a geografia do Algarve, que registei cuidadosamente, e conservo, num guardanapo de papel. Foi em Loulé que o meu professor nasceu. Nos tempos mais recentes, o projeto que sobretudo o entusiasmava, senão o único, era encontrar e publicar toda a correspondência do pai ainda disponível, já que muitas cartas não foram conservadas pelos seus destinatários, como confessa, com profunda pena, Lídia Jorge. Já publicara um primeiro volume, quase clandestinamente²; e isso surpreendeu-me porque ele continuava à procura de cartas do pai, tendo-me pedido até algumas diligências junto de pessoas do Porto³. Para além das conversas, ou melhor, da conversa ininterrupta que mantive com Romero Magalhães, que nos últimos anos não passava sem as suas vindas regulares a este Porto que tanto amava, ajudaram-me na preparação deste texto os meus amigos Fernando Catroga e Luís Carlos Amaral⁴. As informações úteis e alguma ideia estimulante desta exposição são deles, algum lapso e as garantidas omissões são minhas.

Esta não foi uma introdução longa e circular à conferência. Isto já é a minha conferência. Regressei com outra atenção à *História de Portugal* de Barcelos; e fiz o exercício contraditório, mas indispensável, de voltar a estudar em pormenor a história da Faculdade de Letras do Porto, da minha Faculdade, entre 1918-19 e 1931 e de a tentar observar ao mesmo tempo

² Que descobri há dias graças ao João Carlos Garcia.

³ A última das quais, junto de Miguel Veiga, já não fui a tempo de fazer.

⁴ Recebi ainda preciosas ajudas dos meus amigos João Emanuel Leite, Flávio Miranda e Ana Marques.

com alguma distância: não tenho qualquer dúvida em afirmar, olhando para o corpo docente da segunda, a escola, que estamos perante uma das mais extraordinárias e brilhantes pléiades de intelectuais do Portugal Contemporâneo; e considerando a primeira, a *História*, e as suas circunstâncias, que é para mim a mais conseguida História de Portugal coletiva, em vários volumes, dos últimos cem anos – tenho perfeita consciência do risco que estou a correr com esta afirmação: uma “provocação por gosto de ofício”, diria Romero⁵. E se uma das melhores heranças de uma escola são, sem dúvida, os alunos que formou (limite-me a juntar, a Joaquim Magalhães, um outro nome: Agostinho da Silva, mas a lista dos que lá cursaram ou a frequentaram temporariamente é impressionante⁶), outra herança de igual valor são as obras que os seus docentes publicaram ou patrocinaram. Está por fazer a bibliografia completa e exaustiva dessas publicações: existe um trabalho de mérito, mas que contempla apenas a lista das obras que existiam ao tempo na Biblioteca Pública Municipal do Porto⁷. Há evidentemente uma obra coletiva que se destaca e que integra o título da presente conferência: a *História de Portugal* que costumamos designar como *de Barcelos*, mas que podíamos do mesmo modo distinguir como *de Damião Peres*, uma vez que usamos em regra os nomes do principal coordenador (José Mattoso, Rui Ramos) ou a Editora (a Alfa, o Círculo de Leitores...). Neste caso recorreremos curiosamente ao local da impressão, e não à editora, a Portucalense Editora. Talvez por Barcelos parecer mais exótico, ou mais estranho, habituados que estávamos e continuamos a estar a que as editoras se situem em Lisboa e, em pequeno número, no Porto⁸.

Como muitos colegas, tive o meu primeiro contacto a sério com a *História de Portugal* de Barcelos durante a licenciatura. Alguns capítulos foram-me aconselhados pelos meus professores, outros li-os por curiosidade e iniciativa própria; as ilustrações, creio que as vi todas ou quase todas. A minha muito escassa capacidade de avaliar a dimensão científica da obra permitiu-me, ainda assim, perceber ou intuir que em muitos capítulos ou subcapítulos estava perante excelentes historiadores e textos de grande nível: pela informação, pelas ideias (talvez o mais importante) e pela elegância e qualidade da escrita, traço comum a todos os autores. A obra podia-me ter

⁵ Sendo as outras a da Alfa, dirigida por José Hermano Saraiva, a de O. Marques e Joel Serrão, para a Presença, a do Círculo de Leitores, dirigida por José Mattoso, a de João Medina, do Ediclube e a de Rui Ramos, para a Esfera dos Livros.

⁶ E está exaustivamente feita em outros estudos.

⁷ EIRAS, Adriano (1989) - *A Faculdade de Letras do Porto: 1919-1931 : contribuição bibliográfica para a sua história*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

⁸ Mesmo quando a propriedade e a administração estão no Porto, as sedes e as edições não saem da capital (caso da Bertrand ou do Círculo de Leitores, pertencentes à Porto Editora).

ajudado nas cadeiras de história medieval e moderna, mas utilizei-a quase só para as primeiras (“História Medieval de Portugal”); foi talvez um erro, que cometi como discente e mais tarde repeti como docente.

A segunda recordação que tenho desta *História de Portugal* é mais viva e bem mais decisiva. Tendo estado ligado à Associação Portuguesa de História Económica e Social, proposta e formada sob a égide de Vitorino Magalhães Godinho, tive a sorte e o privilégio de, participando nas primeiras reuniões, aprender com todas as intervenções – frequentes, nem sempre simpáticas ou amigáveis – daquele historiador. E lembro-me de quase tudo o que lhe ouvi. Ora num dos encontros da APHES (nessa altura não era muita gente), creio que em Braga, alguém, que não recordo, se referiu à *História de Portugal* de Barcelos como sendo “uma história do regime”, repetindo, de resto, o que quase toda a gente dizia nessa altura e alguma continuou e continua a dizer hoje.

A reação de Magalhães Godinho foi imediata e duríssima. Basicamente, tornou claro que nunca permitiria que, à frente dele, alguém se referisse àquela obra coletiva como uma “obra do regime”; que tal modo de falar, além de demonstrar ignorância e desconhecimento do trabalho, era de uma extrema injustiça – e era sobretudo isso, a injustiça, o que o incomodava. Como se podia conotar de forma simplista com a ditadura uma obra em que colaboravam – e recordo apenas alguns dos vários nomes que ele referiu – Jaime Cortesão, Hernâni Cidade ou Joaquim de Carvalho, a quem essa ditadura tão maltratara? Mas além disso destacou a grande qualidade de muitos dos textos. Desde esse preciso momento passei a encarar e a consultar a *História de Portugal* de Barcelos com outros olhos, e sobretudo a transmitir isso nas minhas aulas e nas minhas orientações de investigação.

Não me vou demorar na história da Faculdade de Letras do Porto, fundada em 1919, extinta em 1928 e definitivamente encerrada em 1931 porque já há, sobre ela, teses de mestrado e de doutoramento e um sem número de artigos, e porque a primeira conferência deste ciclo, no dia 18 de janeiro de 2019, foi esclarecedora e rigorosa, como tudo o que é feito pelo meu colega e amigo Jorge Fernandes Alves. Limite-me a partilhar algumas imagens ou recortes de jornais, querendo com isso transmitir um inevitável sentimento de tristeza e de nostalgia. E não resisto à tentação do *what if?*, da chamada “história dos possíveis”. E se...? E se aquela excepcional plêiade de professores e alunos tivesse tido continuação, não tivesse sido sufocada quase à nascença quando estava a produzir resultados intelectuais tão estimulantes? Como seria hoje a Faculdade de Letras do Porto se pudesse ter tido um percurso semelhante à sua congénere de Lisboa? Certamente uma Faculdade onde alguém como eu dificilmente teria lugar.

Queria apenas deixar três ou quatro ideias para um possível debate: o núcleo de professores iniciais de toda a Faculdade, e também de História,

era do melhor, o de alunos também; e pelos testemunhos que nos chegam, o ambiente entre professores e alunos era invulgarmente fraterno. Na cidade dos cafés, havia um no qual se encontravam, ou ‘paravam’, como se dizia no meu tempo de estudante, além dos boavisteiros (informação do Germano Silva), precisamente estudantes e professores da Faculdade de Letras: o Café Sport, há muito desaparecido, na Avenida dos Aliados. Escuso-me de dissertar neste texto sobre a riqueza desse convívio e dessa cultura de café. Algumas das melhores lições da Licenciatura (e depois dela) tive-as dentro do Café Encontro, escuro e desconfortável, com o Dr. Armindo de Sousa; lições que continuavam à porta do café, mas do lado de fora, a partir das duas da manhã, quando ele fechava, com esse meu professor. Não faltarão outros a dar igual testemunho do Café Diana Bar, na Póvoa do Varzim, em que o ‘palestrante’ era o meu saudoso professor de liceu e da universidade João Francisco Marques.

Não vou reproduzir as informações que Joaquim Magalhães dá na sua correspondência, sobre a primitiva Faculdade de Letras do Porto, até porque creio que elas serão matéria da conferência de João Carlos Garcia. Limito-me a duas notas: aquele jovem fez, com o dinheiro que o pai lhe deu, uma capa e uma batina que deveriam durar todo o curso e servirem para as aulas, para o estudo e para a festa. O acolhimento dos veteranos aos caloiros estive a cargo de um estudante mais velho cujo futuro ainda ninguém previa, mas que desempenhou a sua função com enorme elevação e dignidade, sem violências nem humilhações insuportáveis. Chamava-se Agostinho da Silva.

A Faculdade de Letras do Porto, talvez por puxar às coisas do espírito, sempre teve uma relação complicada com as exigências da matéria, a começar pelas suas instalações. Só isso – a história das sucessivas instalações, por vezes diferentes conforme os cursos – das salas da Faculdade de Ciências do atual edifício da Reitoria até ao edifício em que está instalada hoje, merecia um livro⁹. Mas queria retirar dessa epopeia uma lição positiva, que sempre repito nas aulas de Cultura Medieval, quando estudamos o nascimento das universidades: umas boas instalações ajudam muito a que se trabalhe, se estude, se pense e se conviva bem. Mas o essencial não está aí. Porque se estivesse, a história da minha faculdade seria medíocre, quando eu penso que ela é motivo de muito orgulho.

Ficam algumas ilustrações comoventes desses anos iniciais, balbuciantes, e do que deve ter sido, para a cidade e para a Faculdade, o brutal decreto de extinção de 1928 (e não digo para a Universidade porque, pelo que nos é permitido saber, ela não se preocupou muito com essa extinção e pouco

⁹ Aliás está tratada em obras recentes.

fez para a evitar). Não virá desse tempo, nem me interessa discuti-lo aqui, mas também não é de hoje alguma condescendência com que outros cursos, supostamente muito difíceis e só ao alcance de grandes inteligências, olham os nossos cursos de Letras, considerados fáceis e mais acessíveis a um ‘público feminino’ (preconceito que só por si diz tudo) e a gente por assim dizer não particularmente bafejada com capacidades intelectuais. No entanto, a quase totalidade dos 156 licenciados na FLUP entre 1919 e 1931 (12 anos) aguentaria com brilho qualquer comparação com os melhores licenciados de outros cursos. Já agora, lembro que o Curso se chamava Ciências Histórico-Geográficas (feliz coincidência com a experiência francesa). Mais tarde passaria a Ciências Histórico-Filosóficas, até à emancipação dos dois ramos do pensamento.

A HISTÓRIA DE PORTUGAL DE BARCELOS

Como demonstrou com segurança Jorge Alves, se o nome de quem se fala, o grande intelecto da Faculdade de Letras de 1919, é e será sempre o de Leonardo Coimbra, isso pode encobrir que o grande obreiro e responsável dessa fundação, a variadíssimos níveis, foi Damião Peres. Nascido em 8 de julho de 1889, em Lisboa, concluiu nessa cidade o Curso Superior de Letras e passou depois pelo ensino liceal (reitor no Funchal de 1912 a 1915). Em 1919 transferiu-se para o Liceu Gil Vicente, de Lisboa, onde conheceu Leonardo Coimbra, tornando-se os dois amigos. Sendo Ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra convidou Damião Peres para docente da recém-fundada Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da qual (universidade) chegou a ser reitor interino.

Na Faculdade de Letras do Porto, Damião Peres desempenhou funções como professor contratado do 4.º Grupo (Ciências Históricas). Findo o contrato de dois anos, foi reconduzido pelo Governo na qualidade de professor ordinário (professor catedrático depois da Reforma de 1926), tendo regido as cadeiras de Propedêutica Histórica, História de Portugal, História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa, História Geral da Civilização, Numismática e Esfragística, Epigrafia, Paleografia, Diplomática e História das Religiões. Entre janeiro de 1920 e julho de 1926 desempenhou as funções de Secretário da Faculdade, cargo para o qual foi eleito pelo respetivo Conselho Escolar.

Com isto percebemos uma das suas características: Damião Peres era um historiador, mas era sobretudo um divulgador e um excelente professor, um bom conferencista. É difícil atribuir-lhe uma área e uma cronologia de especialização (por isso na página *web* da faculdade em que é evocado o apresentam como “professor universitário, historiador e numismata”). Não pretendo revisitar a sua vida, a sua carreira e a sua obra, a não ser para, nota pessoal que

me permito, lembrar que foi professor durante dois anos¹⁰ no Liceu Rodrigues de Freitas¹¹, e que ocupou durante longuíssimos anos a Cadeira n.º 13 de Académico de Número da Academia Portuguesa de História, na qual lhe sucedeu, também durante muitos anos, o meu orientador de tese, Prof. Humberto Baquero Moreno¹², e que agora está provisoriamente ocupada por mim, devido à generosidade e ao empenho do Prof. José Marques e ao prestígio de Baquero Moreno, e não a quaisquer méritos meus. Perceberão por isso que eu me debruce sobre a atividade de Damião Peres com especiais carinho e respeito.

No início dos anos 20, historiadores e outros intelectuais ligados à cultura, à filosofia e à literatura, à famosa “República das Letras”, começavam a trocar entre si sugestões e propostas para a comemoração do chamado “Duplo Centenário”, que ocorreria em 1940 (“Fundação de Portugal” e “Restauração”). Essas comemorações deveriam ter o máximo de solenidade e de brilho, e deixar como testemunho *monumenta*, no seu sentido etimológico, como os que se erguiam aos mortos prestigiados. Embora não pudéssemos falar ainda de uma ‘política do espírito’, a comunidade dos historiadores académicos e universitários, ou dos ‘amadores’ de grande craveira, de que destacaria Lúcio de Azevedo, estava desperta e sensível a essas comemorações, e sabia distinguir perfeitamente os ‘historiadores a sério’, independentemente das suas inclinações políticas, dos que se limitavam a visões puramente ideológicas e sem qualidade (por isso um autor prolífico como João Ameal não foi convidado; nem Alfredo Pimenta).

Em 1928, celebrando simbolicamente o oitavo centenário da Batalha de S. Mamede, é dado à estampa o primeiro volume de uma nova *História de Portugal*, (apresentada na luxuosa capa como “Edição Monumental da Portucalense Editora – Porto”!...), cuja ilustração de frontispício é ela própria todo um programa, felizmente não concretizado.

Dedicada “À memória dos nossos Maiores”, escolhendo Camões – quem senão ele? – para a primeira epígrafe: “Esta é a ditosa pátria minha amada...”, a gravura de Acácio Lino que abre o 1.º volume, “A primeira tarde portuguesa” é um segundo manifesto, que o brevíssimo “Prefácio” parece querer confirmar. Alguns excertos: “Portugal inteiro, numa luta em que há verdadeiros traços de epopeia, afirma solenemente ser alguma coisa de mais grandioso que simples nesga de território cuja independência derive de mero

¹⁰ Entre a extinção da Faculdade, em abril de 1926, até fevereiro de 1928, quando foi convidado para a Universidade de Coimbra.

¹¹ Eu frequentá-lo-ia durante sete anos, crismado em “D. Manuel II”; depois do 25 de abril recuperei o seu nome de batismo.

¹² Para uma descrição pormenorizada de Damião Peres veja-se a respetiva evocação, feita por Humberto Baquero Moreno, quando tomou posse da referida cadeira: MORENO, Humberto Baquero (1979) - *Elogio do Professor Doutor Damião Peres*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

acto de rebeldia. As vidas heroicamente sacrificadas clamam bem alto que Portugal é uma Pátria!” E o *grand final*: “Nas páginas que vão seguir-se será escrita a história de um grande Povo, de uma grande Nação: singelamente – a História de Portugal”.

Passo a uma breve apresentação do conjunto:

1.º Volume (1928): “Da Lusitânia-Pré-romana ao Condado Portucalense”, 500 p.;

2.º Volume (1929): 1.ª época: 1128-1411 (preparação da Expansão) 700 p.;

3.º Volume (1931): 2.ª época: 1411-1557 (Expansão até à Crise Dinástica, que situa na morte de D. João III), este e o seguinte: 1.200 páginas;

4.º Volume (1932): continuação e conclusão do anterior;

5.º Volume (1933): 3.ª época: 1557-1640 (Perda parcial da Independência); 550 p.;

6.º Volume (1934): 4.ª época: 1640-1815 (Brasil, “reino unido” ao de Portugal, e começo do respetivo processo de independência); 800 p.;

7.º Volume (1935): 5.ª época: 1816-1918 (de facto, 1913); 750 p.;

O 1.º volume, publicado em 1928, trata da Lusitânia Pré-romana ao Condado Portucalense, incluindo um capítulo sobre “Condições Geográficas” com mais de 60 páginas, geografia que, como continuará a ser de tradição em todas as Histórias de Portugal que se seguirem, abandonará o palco após esta enxuta aparição. Foi criticada na obra a simples divisão interna por dinastias: se esse 1.º volume segue uma sucessão cronológica pura, com um parêntesis para tratar da Arte Visigótica, já a partir do 2.º teremos grandes divisões temáticas: o 3.º, por exemplo, divide-se em quatro grandes capítulos: História Política, Descobrimentos e Conquistas e Organização Económica. Dentro destes grandes apartados, os assuntos são tratados por ordem cronológica.

É importante estarmos atentos às modificações que cada volume traz:

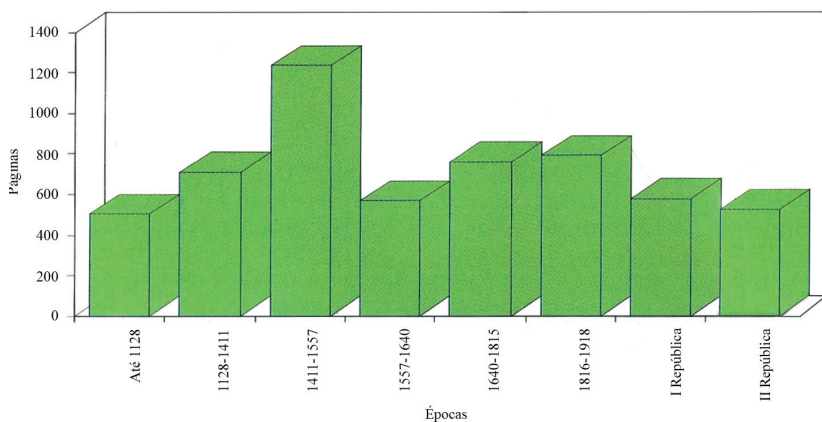
Quadro 1 - Divisão interna por volumes

Vol.	Matérias
1.º	Condições geográficas; Lusitânia Pré-romana; O Domínio Romano; Arte Visigótica; Domínio Árabe; Reconquista Cristã; Condado Portucalense
2.º	Organização económica; Organização social e administração pública; Organização militar; Cultura
3.º	História Política; Descobrimentos e conquistas; Organização económica
4.º	Domínio ultramarino; Cultura; Assistência
5.º	História política; Organização Económica; Domínio ultramarino; Assistência e Cultura
6.º	História política; Organização Económica; Cultura; Domínio ultramarino
7.º	História política; Domínio ultramarino; Organização Económica; Cultura e Assistência

Breve comentário ao quadro anterior: como já disse, a partir do 2.º volume, e mais ainda do 3.º, parece estabilizar-se uma organização interna em grandes áreas. Dentro dela notamos alguns matizes: a história política domina, pela extensão do tratamento, e abre quatro volumes; a organização económica surge no 3.º, e depois nos três finais. Com a morte de Lúcio de Azevedo, em 1930, responsável pelo tema nos volumes 2, 3 e 5, Damião Peres encarrega-se de o tratar nos dois volumes finais, não substituindo o seu notável colaborador desaparecido por nenhum outro especialista. Sublinhe-se que os temas económicos ocuparam sempre poucas páginas (37 no 3.º volume, 27 no 5.º, por exemplo). A organização militar, apenas presente no 2.º volume, tem direito a 24 páginas (estamos a falar de tomos de 500 e 600 páginas). A partir do 4.º, Jaime Cortesão terá a seu cargo o Domínio Ultramarino (designação que, considerando as polémicas do presente, parece sensatamente bem escolhida). A Cultura é tratada autonomamente em três volumes, e em mais dois aparece associada à Assistência (casamento de conveniência editorial, que não de conteúdos).

No excelente capítulo que dedica à “História em tempo de «ditadura»”¹³, numa extensa alínea intitulada “Um símbolo da historiografia portuguesa: a «História de Portugal de Barcelos»”¹⁴, Luís Reis Torgal elabora dois gráficos sobre a extensão do tratamento de períodos e de assuntos, gráficos que, pela sua clareza, aqui reproduzo:

Quadro 2 - Tratamento em extensão das épocas na História de Portugal de “Barcelos”¹⁵

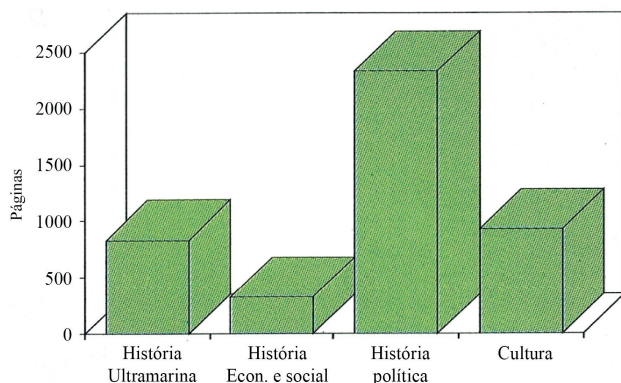


¹³ TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (1996) - *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 241 e seg.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 265-272.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 270-271.

Quadro 3 - Tratamento em extensão por áreas na História de Portugal “de Barcelos”



Voltando à história da *História*, o 7.º e último volume dos inicialmente previstos sai em 1935; enfim, em 1937 é publicado um volume de índices, o 8.º. Na minha opinião, é este conjunto de volumes (7 + 1) que constitui verdadeiramente a *História de Portugal* de Barcelos.

Muitos anos depois, em 1954, Damião Peres acrescentaria um volume todo da sua lavra (caso único na empresa), como “Suplemento”, que se ocupa da segunda parte da 1.ª República. Podemos discutir aqui a sua legitimidade ou a felicidade neste acrescento. Vários dos ‘fundadores’ já não eram vivos, a conjuntura político-cultural era muito distinta, Damião Peres nunca fora um historiador da República. E esse volume ainda não era o fim da história: em 1981, Franco Nogueira, ministro de Salazar, escreve um 2.º Suplemento, que intitula curiosamente *A II.ª República*, e que analisa, à sua maneira, o Estado Novo. Se tenho bastantes reticências em considerar o volume de Damião Peres, de 1954, como parte verdadeiramente constitutiva da *História de Portugal* de Barcelos, não tenho qualquer dúvida em excluir este volume, de Franco Nogueira: Damião Peres tinha falecido cinco anos antes, em 1976. Franco Nogueira, que escrevia muito bem mas nunca foi um historiador, quando muito um memorialista controverso, não tinha qualquer direito científico ou moral para se colar a uma obra coletiva monumental para a qual, sempre na minha opinião, nem tinha formação, nem autoridade moral, nem nada. A editora teve que ser outra: a Livraria Civilização, do Porto.

Reis Torgal é bastante crítico, embora sempre equilibrado, na sua apreciação a esta *História de Portugal*: “para além do seu aparatoso aspecto gráfico, constitui o grande ‘monumento institucional’ da historiografia portuguesa do tempo da Ditadura Militar e do início do Estado Novo”. Por se inserir nas

comemorações do chamado “Duplo Centenário”, a obra teria “o selo nacionalista desde a origem”, e o Prefácio revelaria uma “concepção da história patriótica e heroica”. Já lá vamos.

Ideias centrais: contra tudo o que parecia adquirido desde Herculano, e devido à visão antropológica e ideológica de Mendes Correa, volta-se à estafada concepção do “Portugal antes de Portugal” – a que eu aprendi na Escola Primária e no Liceu. No geral, a obra é bastante equilibrada, com Expansão claramente a mais e Filipês claramente a menos. À exceção do 1.º volume, as cinco épocas têm uma compartimentação interna semelhante, como vimos no quadro acima. Arrumação coerente e com bastante sentido, parcialmente unificada, mas com abertura à especificidade de cada período. Aquilo que me parece mais débil e criticável (e remetendo para os Quadros n.ºs 2 e 3):

1. o desmesurado desenvolvimento da Expansão e da História Ultramarina (mais de 2.500 páginas, equivalentes a quatro volumes) – quase tudo, felizmente, de Jaime Cortesão.

2. As escassíssimas páginas consagradas à história económica e social (menos de 250; pecha antiga e em parte atual); já a História Contemporânea é quase exclusivamente política (mais de 500 das 780 p. do 7.º volume).

3. A abordagem da Cultura na sua aceção mais tradicional e conservadora.

Em conclusão, segundo Reis Torgal, “... pode dizer-se, assim, que a *História de Barcelos* é essencialmente uma historiografia “política” e “cultural”, não concedendo a estes fatores uma expressão “social”¹⁶.

Lembremos que Damião Peres e os seus colaboradores não tinham muitos antecedentes em que se pudessem apoiar (tirando a *História de Portugal* de Fortunato de Almeida, ou a do jesuíta Gonzaga de Azevedo)¹⁷. Houve um ensaio da maior importância, para a concepção da obra monumental, do qual se fala pouco. Em 1921, Damião Peres, como professor da Universidade do Porto, e Paulo Merêa, como professor da Universidade de Coimbra, publicaram uma sintética *História de Portugal* para servir de manual no ensino secundário¹⁸: livro de formato pequeno, com 300 páginas, foi por um lado uma primeira experiência de colaboração entre dois historiadores académicos, que seria muito desenvolvida em 1928, e propôs já uma divisão da História de Portugal em épocas (no caso sete), que seria retomada e corrigida na edição de Barcelos. E no meio século seguinte não se fez nada de semelhante (Alfredo Pimenta terá tentado, no seio da Academia Portuguesa de História,

¹⁶ TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (1996) – *Ob. cit.*, p. 271.

¹⁷ Publicada postumamente em 1935, por outro jesuíta: Domingos Maurício Gomes dos Santos; não passou de Afonso III.

¹⁸ Segundo o programa oficial para as classes VI e VII do Ensino Secundário (Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1921, 300 p.).

mas sem sucesso). A próxima *História de Portugal* coletiva seria a dirigida por José Hermano Saraiva para as Edições Alfa (6 vol.; 10 anos de democracia; vocação gráfica semelhante).

Em 1955, Vitorino Magalhães Godinho fazia um balanço desolador dos resultados da publicação das *Histórias de Portugal* de Fortunato de Almeida e de Barcelos, comparando-as com o efeito que teve a de Oliveira Martins (de que era confesso admirador; e quem não é?): “Constatação dolorosa: nenhuma destas duas grandes histórias serviu de trampolim para qualquer movimento vasto e interno de investigação; parecem fechar uma época, e não abrir horizontes para renovação da pesquisa. Contrariamente à tão discutida e discutível construção de Oliveira Martins, cujos problemas postos ainda não estão esgotados, nem todas as hipóteses exploradas, nem a inspiração superada. É que a historiografia portuguesa parece ter-se isolado das grandes correntes culturais vindas dos quatro ventos do globo, e naquelas duas sínteses, como também nas monografias, quase nunca se integra a evolução portuguesa na evolução peninsular e mundial, quase nunca se aplica o método comparativo. Onde encontrar, salvo honrosas exceções, as marcas de qualquer influência de Henri Pirenne, Lucien Febvre, Marc Bloch? Da Junta Internacional da História dos Preços nunca houve comissão portuguesa, e em Portugal não encontraram qualquer eco os trabalhos de Labrousse, Hamilton, Beveridge e outros tantos”¹⁹. Torgal interroga-se se em 1996 se Godinho manteria a mesma dureza na apreciação da obra. Como fui testemunha, não mantinha. Matizou bastante essa apreciação e valorizou-lhe numerosas dimensões e contributos.

História nacionalista, ‘isolacionista’, marcada pela mitologia das descobertas? Sem dúvida alguma. Mas nunca esqueçamos que quer esse nacionalismo quer essa mitologia dos Descobrimentos eram transversais a todas as ideologias e posicionamentos políticos, e vêm cheios de força do século XIX, desencantado e decadentista, que enraizou definitivamente a Expansão, as suas glórias e os seus heróis como o tema por excelência da História de Portugal. Não por acaso, esta *História de Portugal* está bastante ligada à *História do Regimen Republicano em Portugal*, dirigida por Luís de Montalvor, do início dos anos 30, em que uma parte substancial é escrita por Joaquim de Carvalho, e em cuja abertura Jaime Cortesão ensaia os seus *Factores Democráticos para a formação de Portugal*. Damião Peres procurou rodear-se de especialistas, e basear-se numa história positiva e documental, sem grande espaço para o pensamento igualmente brilhante, mas mais ensaístico, de um António Sérgio; preferiu-lhe Jaime Cortesão, no que estaria sintonizado com Godinho.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 270.

Por último, proponho breves comentários aos autores, bem como uma reflexão mais profunda sobre a ligação da *História de Portugal* de Barcelos à Faculdade de Letras.

O papel de Damião Peres não precisa de mais comentários. Para o 1.º volume ser dado à estampa em 1928, como se pretendia, e os outros se seguirem a uma cadência anual²⁰, todo o projeto foi obrigatoriamente pensado, amadurecido e organizado alguns anos antes. Por exemplo, a ideia de os livros terem uma valiosíssima carga iconográfica, da responsabilidade geral de Eleutério Cerdeira, que surge como codirector da História, responsável por uma inédita “Direcção Artística”²¹.

Seria descabida uma tentativa infantil de contar colaboradores da Universidade do Porto, das de Coimbra e Lisboa ou de outras instituições. Interessa apenas sublinhar que Damião Peres se procurou rodear dos melhores, na sua ótica, e para isso o local onde se formaram ou onde trabalhavam não contava: por isso temos desde o início David Lopes, da Universidade de Lisboa, Virgílio Correia, da Universidade de Coimbra, Lúcio de Azevedo, Paulo Merêa²², José Joaquim Nunes, Aarão de Lacerda, Newton de Macedo, António Baião, Joaquim de Carvalho, Luís de Pina, M. Lopes de Almeida ou Hernâni Cidade. A partir do 3.º volume, publicado em 1931, Damião Peres aparece já como docente da Universidade de Coimbra, que em boa hora o aproveitou, a ele e a outros, depois da dramática extinção da Faculdade de Letras do Porto. E por isso esta escola tem também crédito na prossecução e concretização final da obra; como já tinha, juntamente com a de Lisboa, devido aos colaboradores que nelas ensinavam desde o primeiro momento da conceção do projeto.

Mas posso escrever, sem bairrismos serôdios nem deturpação dos factos, que o diretor e inspirador do projeto era desta, da nossa Faculdade, como o foram muitos outros colaboradores²³. Insisto: para que o primeiro volume saísse em 1928 e os seis seguintes em (quase) rigorosa sequência anual foi necessário que toda a planificação da obra, o convite aos colaboradores, a receção e a correção de quase todos os capítulos, a demorada e muito cuidada seleção das ilustrações, e depois o próprio trabalho de composição gráfica e de maquetagem, bem como de correção tipográfica das provas, tivessem começado muito antes; provavelmente pouco depois da fundação

²⁰ Com a exceção do hiato de 1930.

²¹ Chamo a atenção para a quantidade e a profunda utilidade das ilustrações, sejam pinturas românticas de episódios célebres, sejam fotografias a preto e branco de locais e monumentos entretanto modificados ou desaparecidos.

²² Que nos deixou páginas ainda hoje obrigatórias.

²³ Em relação aos quais será mais correto falar da Universidade do Porto no seu conjunto.

da Faculdade de Letras, e claramente na primeira metade dos anos 20. Não pode ter sido senão com um sabor agridoce, talvez mais amargo do que doce, que Damião Peres apresentou o primeiro volume da sua obra monumental, da obra da sua vida, no ano mesmo em que fechavam a sua Faculdade.

E nota-se, na *História de Portugal*, essa filiação na primeira Faculdade de Letras? Claro que sim, e a dois níveis: um, evidente, o dos autores e do diretor. O outro, menos evidente e sugerido por mim: a grande abertura de espírito que reinava nesta Faculdade, a seriedade do trabalho e a justiça na avaliação, o são convívio entre professores e alunos, nas salas da Quinta Amarela ou no ambiente saturado de fumo do Café Sport, não podem ter sido alheios à abertura intelectual da obra e ao espírito de colaboração que uniu todos os que para ela escreveram.

Quando o “Círculo de Leitores” pensou pela primeira vez em editar uma História de Portugal, fez um inquérito junto dos historiadores mais conhecidos ao tempo, e a pergunta era a seguinte: acha que, depois da *História de Portugal* de Barcelos, há lugar para o lançamento de uma obra da mesma envergadura? Já tinha sido publicada a *História de Portugal* da Alfa, na qual o próprio José Mattoso colaborara (e muitos outros historiadores de primeira água). Eis uma boa homenagem, uma muito boa homenagem àquela ‘velha’ e monumental *História de Portugal*, ao seu diretor, aos seus autores e à Faculdade que a gerou e permitiu.

Estamos em 2019. Como podemos nós, como posso eu, na qualidade de docente, encerrar estes pensamentos em voz alta? Estou saturado da magnífica imagem dos “anões aos ombros de gigantes”, erradamente atribuída a Bernard de Chartres, do século XII, e que Umberto Eco há muito provou ser uma ideia recorrente desde a Antiguidade Clássica. Sobretudo porque não sinto que eu, anão do presente, veja mais longe que os gigantes que me precederam apenas porque vim depois deles e portanto posso subir para os seus ombros e ter outro alcance. Contento-me com bastante menos: anões que sucedemos a gigantes, temos de conhecer bem o legado desses gigantes, divulgá-lo, explorar ao máximo as suas potencialidades. E temos sobretudo de tentar passar tal legado, o melhor que pudermos e soubermos, aos estudantes da Faculdade de Letras do Porto, para fingir que este hiato lamentável entre o encerramento da Faculdade e a sua reabertura não aconteceu, para ajudar a formar, senão gigantes, que já não é o tempo deles, pelo menos pessoas que, se se sentassem nas mesas do Café Sport com os velhos mestres dos anos 20, fossem capazes, como os alunos de há cem anos, de aguentar uma boa discussão e de, em conjunto com esses mestres, ajudar a criar ideias novas.